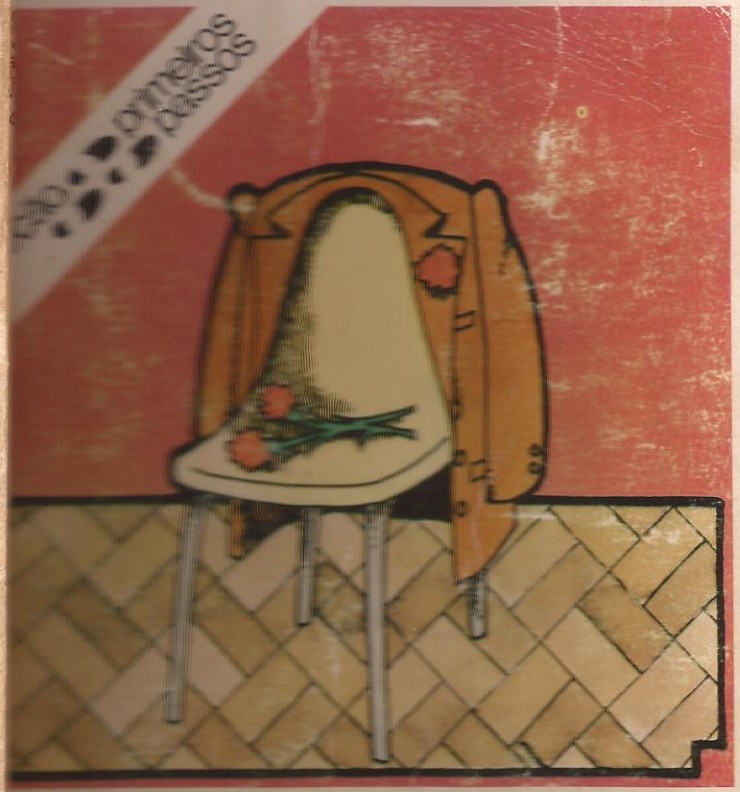
Coleção Primeiros Passos
Uma Enciclopédia Crítica

EIROS PASSOS
67423-0
VRARIA BRASILIENSE (011)231-1

Os comunistas lutam pelo socialismo, assim como também o fazem os anarquistas, os anarco-sindicalistas, os social-democratas e até mesmo os próprios socialistas. O que vem a ser este conceito tão vasto, que consegue englobar coisas tão díspares? Partindo das idéias socialistas desde o século XIX, Arnaldo Spindel nos leva à compreensão, de um modo simples e com uma linguagem acessível, de um dos mais debatidos temas deste século.

Áreas de interesse: Política, Economia

ISBN: 85-11-01001-7



Arnaldo Spindel

O QUE É SOCIALISMO

editora brasiliense

Arnaldo Spindel

CEFET / MG - NI Nº
T.R. Nº
BIBLIOTECA
Nº EM

O QUE É SOCIALISMO

coleção primeiros passos

1

Desenho
Vanya Sant'Anna

editora brasiliense

BIBLIOTECA DO CEFET-MG - CAMPUS X

Arnaldo Spindel

CEFET / MG - NI Nº_____
T.R. Nº_____SPAT
BIBLIOTECA REGISTRO
Nº_____EM____/____/____

O QUE É SOCIALISMO

Coordenação:
Vanya Sant'Anna

editora brasiliense

BIBLIOTECA DO CEFET-MG - CAMPUS X

Copyright © by Arnaldo Spindel, 1980
Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia da editora.

ISBN 85-11-01001-7
Primeira edição, 1980
26.ª edição, 1992
1.ª reimpressão, 1995

Revisão: Newton T. L. Sodré
Capa: Mário Camerini

EDITORA BRASILIENSE S.A.
Av. Marquês de São Vicente, 1771
01139-903 — São Paulo — SP
Fone (011) 861-3366 — Fax 861-3024
Filiada à ABDR

ÍNDICE

— Introdução 7
— A recente história de uma antiga idéia. 14
— As idéias de Karl Marx e Friederich Engels . . . 29
— Há uma pedra no meio do caminho. . .
No meio do caminho há uma pedra
— A I Internacional e o anarquismo. 41
— A II Internacional e a social-democracia . . . 51
— O socialismo no Brasil 66

Se recorrermos ao Novo Dicionário Aurélio, ficaremos sabendo que Socialismo é: 1) o conjunto de doutrinas que se propõe a promover o bem comum pela transformação da sociedade e da relação entre as classes, mediante a alteração do regime de propriedade e 2) sistema político que adota estas doutrinas.

No interior deste conjunto que é denominado Socialismo, encontramos uma série de doutrinas que, ainda quando provenientes da mesma base teórica, acabam por propor soluções radicalmente diferentes para os problemas sociais e visam a criação de sociedades futuras completamente diversas.

Não há outra maneira de compreender a causa deste fenômeno que não a do estudo do desenvolvimento histórico do Socialismo. Somente este tipo de estudo nos permitirá ver as rupturas que implicaram na diversificação das doutrinas que hoje são conhecidas por este título.

Desde a Antiguidade que o sonho de uma sociedade onde todos os homens fossem iguais e livres persegue a Humanidade; inicialmente chamava-se a esta sociedade sonhada de sociedade comunista. A partir do século XIX o termo socialista também passou a designar este tipo de organização social. Mesmo perseguindo igual objetivo, diversas correntes elaboraram meios diferentes de tentar atingi-lo e, num processo contínuo de influências mútuas e amadurecimento, fizeram avançar a idéia da nova

sociedade e dos métodos para chegar até ela.

A História das Idéias Socialistas possui alguns cortes de importância. O primeiro deles é entre os socialistas utópicos e os socialistas científicos, marcado pela introdução das idéias de Marx e Engels no universo das propostas de construção da nova sociedade. Esta passagem será analisada em detalhes no decorrer deste livro.

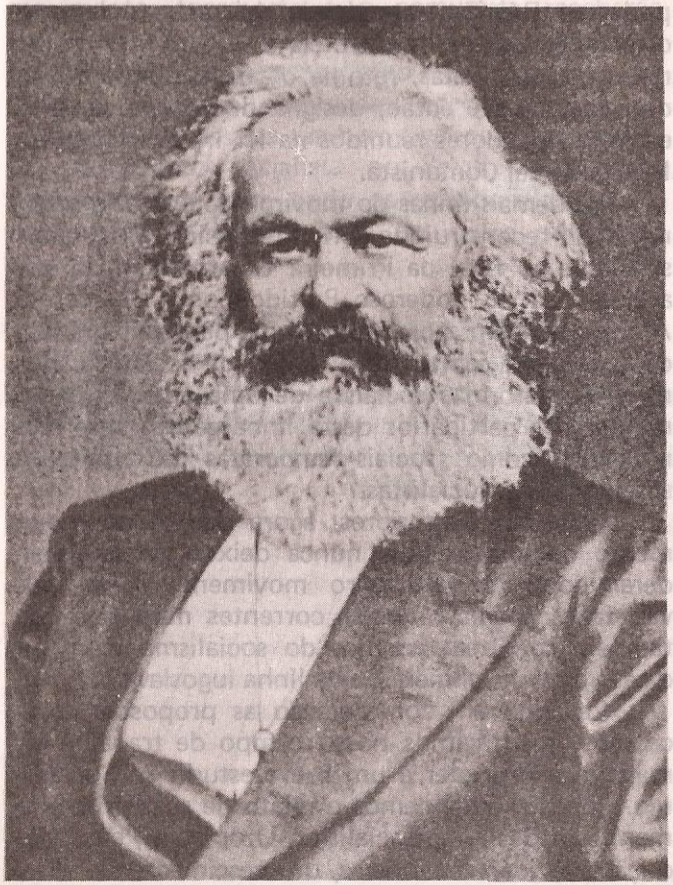
O avanço das idéias marxistas consegue dar uma maior homogeneidade ao movimento socialista internacional. Pela primeira vez, trabalhadores de países diferentes, quando pensavam em socialismo, estavam pensando numa mesma sociedade — aquela preconizada por Marx — e numa mesma maneira de chegar ao poder. Tal homogeneização do movimento dos trabalhadores não foi, todavia, completa. Doutrinas de cunho não-marxista, como é o caso do anarquismo, conseguiram brecar este processo e dividir o movimento. Estas, porém, não constituíram o maior obstáculo para a unificação do movimento socialista; as próprias divisões no seio da corrente marxista e, mais tarde, a revisão dos conceitos básicos da doutrina do fundador do socialismo científico acabaram por gerar propostas socialistas variadas.

Dentre essas divisões podemos localizar algumas que são especialmente responsáveis pela confusão que cerca o termo socialista hoje em dia. Estamos nos referindo à utilização de Comunismo e Social-

-Democracia como se estes fossem sinônimos de Socialismo. Ora, se dois termos são iguais a um terceiro, seria de se esperar que eles fossem iguais entre si. No entanto, os regimes comunistas, que se dizem partidários do socialismo, atacam com vigor os regimes sociais-democratas, que também se arvoram o título de socialista; e vice-versa. Diante disto, cremos que cabe, nesta Introdução, tentar esclarecer este ponto.

Quando Marx e Engels escolheram o termo comunista para designar a organização a que pertenciam (a Liga dos Comunistas) e para ser usado como título de seu programa (*Manifesto do Partido Comunista*), eles possuíam bons motivos para fazê-lo. Socialismo designava, naquele momento, toda a corrente dos socialistas utópicos e a Marx interessava demarcar claramente a distância que existia entre as antigas idéias socialistas e o novo corpo doutrinário que ele elaborava. Com o passar dos anos e a conquista da hegemonia das idéias marxistas sobre as demais idéias socialistas, os partidários de Marx e Engels passaram a usar indiscriminadamente o termo Socialismo e Comunismo, chegando mesmo a preferir o primeiro.

Mais tarde, como veremos no decorrer deste trabalho, a coexistência de diversas correntes dentro da II Internacional é rompida pela Primeira Guerra e tornada definitiva pela Revolução Russa. A ala mais radical, liderada por Lenin e que acabara de tomar o



Karl Marx (1818-1883).

poder na Rússia, pretendendo deixar bem claras as diferenças existentes entre ela e as correntes moderadas e revisionistas, retoma o título de comunista que vem, desde então, designando seu movimento e a seus seguidores reunidos na III Internacional ou Internacional Comunista.

As demais linhas do movimento operário internacional, reconstruindo a II Internacional, nos anos seguintes ao final da Primeira Guerra Mundial, sob a liderança do poderoso Partido Social-Democrata Alemão, passam a preconizar uma passagem gradual da sociedade capitalista à sociedade socialista, por meio de reformas sociais e de uma atuação parlamentar. Os partidários desta linha passam a ser conhecidos como sociais-democratas ou, pura e simplesmente, socialistas.

Rupturas posteriores, agora dentro do movimento comunista (que nunca deixou de se considerar como o verdadeiro movimento socialista), vão fazer aparecer outras correntes marxistas que também se dizem adeptas do socialismo, como é o caso da linha chinesa ou da linha iugoslava.

Levando em consideração as propostas desta coleção, restringimos nosso campo de trabalho de maneira a proceder a um breve estudo do Socialismo. Por isto entendemos o relato de suas primeiras manifestações — o Socialismo Utópico —, da introdução das idéias marxistas, do crescimento do ideal socialista no decorrer da I e da II Internacional. O

movimento anarquista e o comunista receberão maior atenção nos volumes que lhes serão especialmente dedicados; neste trabalho contentamo-nos em fornecer algumas indicações básicas acerca do assunto. Esta ressalva também é válida para a análise do movimento socialista no Brasil, apresentada no último capítulo, onde os reflexos das doutrinas anarquista e comunista em nosso país serão apenas indicados.

A RECENTE HISTÓRIA DE UMA ANTIGA IDÉIA

O socialismo, entendido como a preocupação por uma sociedade que suprimisse as desigualdades entre os homens, é uma idéia que pode ser encontrada no passado remoto da História Universal.

Idéias deste tipo podem ser encontradas já na Grécia Antiga onde Platão, por exemplo, ao examinar as sociedades primitivas, nos falava de um estado da natureza baseado na igualdade entre os homens. No decorrer de toda a História nos deparamos, de maneira intermitente, com a existência desta preocupação. Podemos encontrá-la no Império Romano, nos primórdios do cristianismo, nas revoltas dos camponeses durante a Idade Média ou, de maneira mais elaborada, nas obras de alguns escritores dos quais o mais conhecido é, sem dúvi-

da, Thomas More com a sua *Utopia* (1516).

No entanto, o socialismo, tal como é entendido, geralmente, em nossos dias, entra no palco da História apenas em meados do século XVIII. É entra, de início, com um papel secundário, pois o palco estava literalmente tomado por uma prima-dona do porte da Revolução Industrial, acompanhada de um séqüito de coadjuvantes composto pela jornada de trabalho de 14 horas, a expulsão dos camponeses de suas terras, os salários de fome, a exploração bestial de mulheres e crianças e a inexistência das mais mínimas condições para que a vida da maior parte da população se diferenciasse da de um animal. As idéias socialistas são uma conseqüência da miséria reinante, são os gritos de revolta de uma população à procura de sua dignidade humana.

Este ideal socialista aparece no seio da luta dirigida por uma burguesia (cujo poder econômico crescia a cada dia) contra uma aristocracia que, apesar de economicamente decadente, ainda dominava o poder político. É no calor desta luta que o socialismo vai-se temperando, amadurecendo e, gradativamente, perecendo suas características de sonho, de utopia, para tornar-se um instrumento de crítica social e de luta política.

Quando em 1827 a palavra socialismo é utilizada pela primeira vez, num artigo da *Cooperative Magazine,* ela já designava, de maneira global, toda uma forte corrente do pensamento político

que acreditava ser necessário radicalizar o modelo de democracia que a burguesia pregava como ideal para substituir o regime monárquico despótico. Além de socialistas, os partidários desta corrente também eram conhecidos como democratas radicais, cooperativistas ou comunistas.

Aos componentes da corrente que se forma durante esta fase de amadurecimento do ideal socialista, costumamos denominar, hoje em dia, de socialistas utópicos ou socialistas pré-marxistas. Sua existência pode ser localizada entre meados do século XVIII e meados do século XIX. A partir de então, a reflexão apresentada por Marx em suas obras vai realizar um corte na História do Socialismo, introduzindo o socialismo científico ou marxista.

Examinaremos, inicialmente, o socialismo pré-marxista.

Sabe-se que os momentos de profundas transformações estruturais da sociedade, bem como aqueles de insurreições sociais, constituem terreno bastante fértil ao aparecimento de idéias mais radicais. Os primeiros sonhos socialistas, da mesma forma que a fase mais rica de seu desenvolvimento, não fugiram à regra e ocorreram em momentos deste gênero.

Escaparia às proporções deste livro proceder a uma reconstituição da História européia a partir do século XVI para facilitar a compreensão do apa-

recimento das diversas idéias socialistas. Podemos, entretanto, elaborar tal panorama de maneira mais simplificada e esquemática.

Na Inglaterra, o século XVI representou o amadurecimento da luta da burguesia comercial ligada às grandes navegações contra o domínio absoluto da sociedade por uma monarquia já obsoleta e uma Igreja corrupta. Dentro deste panorama surgem obras como a de Thomas More e de Francis Bacon, propondo uma sociedade alternativa onde a inexistência da propriedade privada asseguraria a felicidade dos homens.

A *Utopia* de More é anterior e de importância muito maior que a *Nova Atlântida* de Bacon. Em seu livro, More trata, inicialmente, do problema de organização das sociedades, criticando as formas adotadas em sua época. Em seguida ele nos apresenta a descrição de uma ilha imaginária onde se instalará uma sociedade comunista modelo. Três personagens com idéias políticas extremamente diferentes discutem a forma de governo desta ilha. A ilha de Utopia é uma República Federativa composta por 54 distritos, onde as terras são comuns, a jornada de trabalho é de 6 horas e a liberdade de pensamento e expressão é total. Discutindo as vantagens e desvantagens do sistema, os três personagens acabam por abordar um interessantíssimo ponto que, séculos mais tarde, estaria novamente na ordem do dia das discussões socialistas: o da

reforma ou revolução. A questão era saber se um regime comunista poderia ser implantado de forma pacífica; perguntava-se se seria útil convencer um rei todo-poderoso a introduzir reformas sociais em seu país de modo a criar uma sociedade mais justa; enquanto um dos debatedores considerava esta alternativa viável, um outro mostrava que todas as tentativas de remediar os males sociais por meios brandos estavam condenadas ao fracasso pois, enquanto existisse a propriedade privada, a melhor parte da nação ficaria condenada a um regime de superexploração e de pobreza permanente.

A partir de More, muitos outros escritores desenvolveram idéias utópicas sobre uma nova sociedade. Ainda que a maioria deles concordasse com a necessidade de eliminação da propriedade privada, as alternativas de organização social propostas nem sempre se aproximavam daquilo que entendemos por democracia. No século XVI, em meio às lutas que agitavam a Itália para livrá-la do jugo estrangeiro, surge, por exemplo, uma obra como a de Tomás Campanella. O *Estado do Sol* proposto por Campanella apresenta claras características absolutistas; a um magistrado supremo estariam sujeitas todas as questões temporais e espirituais da nação e a nova sociedade seria aprimorada por uma intensa educação física e intelectual e por uma reprodução controlada, de maneira a gerar homens mais aptos.

Na medida em que as alterações da estrutura

econômica do Velho Continente passam a se acelerar, no final do século XVII e principalmente durante o século XVIII, os sonhos de uma sociedade perfeita em uma ilha distante cedem lugar a críticas mais concretas às estruturas políticas que perpetuavam uma situação social cada dia mais catastrófica. As conseqüências da primeira fase da Revolução Industrial na Inglaterra e a flagrante inadequação da decadente monarquia à moderna sociedade francesa que surgia estavam a exigir análises críticas e proposições consistentes para uma efetiva alteração do "status quo". Esta fase é marcada pela produção intelectual daqueles que são conhecidos como críticos sociais.

Os críticos franceses centravam seus ataques, de uma maneira geral, na monarquia, na religião e no absolutismo, responsabilizando-os pela reprodução da miséria da maioria da população. As soluções apresentadas pelos principais escritores desta linha, ainda que de pouca profundidade, eram bastante divergentes. Meslier, por exemplo, dizia que a resposta aos problemas enfrentados estava na união dos povos contra a tirania e na compreensão das leis da natureza. Já Morelly achava que nenhuma forma de Estado, nem mesmo a democrática, poderia resolver a situação; a paz social só seria encontrada no dia em que os homens retornassem às leis da natureza. Outro destes críticos que se destaca é Mably, que julga uma série de reformas poder acabar com o

egoísmo do homem, que era a causa dos males sociais.

Do lado inglês, dois são os nomes que têm maior importância. O primeiro é o de Winstanley que, após tentar, sem sucesso, desenvolver uma experiência de trabalho comunitário na agricultura, escreve uma doutrina onde mostra que a sociedade estava dividida em classes antagônicas e prega o trabalho coletivo e a propriedade comum da terra como os meios para se atingir a felicidade. Do ponto de vista teórico, a obra de Charles Hall, *Os Efeitos da Civilização* (1805), é bastante mais importante do que a dos demais críticos pois tenta explicar a questão do lucro. Os trabalhadores criam valores, mas só recebem um salário; o valor que produzem é sempre maior do que o salário que recebem, e esta diferença, que permanece com o patrão, é o lucro. Segundo ele a diferença entre os ricos e os pobres tendia a aumentar, acentuando com isto o antagonismo entre os dois grupos até ao ponto em que estalaria uma guerra civil entre eles. Apesar da clareza de sua análise, Hall limita-se a propor que a situação fosse alterada por meio de reformas como a nacionalização do solo, simplicidade de costumes, etc.

É, indubitavelmente, a Revolução Francesa que traz consigo um aumento considerável das idéias socialistas e que lhes dá, definitivamente, consciência de seu caráter de luta política real pela modificação das estruturas sociais vigentes. Ao desencadear

o processo revolucionário, com o intuito de se apossar do poder político que estava em mãos da nobreza, a burguesia francesa contava com o apoio da maior parte da população francesa. Desde o início da Revolução Francesa, porém, a contradição existente entre esta burguesia — que já gozava dos benefícios do sistema capitalista que se estruturava — e as demais camadas da população que nada ou quase nada possuíam era visível. Os burgueses aceitavam lutar lado a lado com o restante do povo francês contra a nobreza e o clero, mas não tinham a menor intenção de com eles dividir o poder, após a vitória.

Pequenos-burgueses, artesãos, operários e a enorme massa empobrecida não tardaram a perceber que não deveriam apoiar incondicionalmente a condução do processo revolucionário pela burguesia, pois isto implicaria aceitar mudanças políticas que não trariam consigo mudanças objetivas em suas condições de vida. Constituem-se então o republicanismo de esquerda e o revolucionarismo proletário como respostas políticas destas camadas às propostas burguesas de monarquia constitucional ou república moderada.

Logo na fase inicial da Revolução Francesa aparece claramente o confronto entre estes dois grupos. A primeira constituição do período revolucionário, a Constituição de 1793, foi considerada, pelos privilegiados burgueses, como excessivamente democrática; na opinião dos que nada possuíam, todavia, tal

constituição deixava, evidentemente, muito a desejar.

Se tivermos em mente a seqüência dos fatos da Revolução Francesa, recordar-nos-emos que, na fase seguinte, a repressão generalizada desencadeada por Robespierre não deixou o menor espaço de atuação para estas correntes populares. Com a morte de Robespierre e a vitória da contra-revolução, os revolucionários populares lançam-se à preparação de uma Conjuração que pretendia instalar um governo de caráter socialista. Conhecida como Conspiração dos Iguais, este movimento foi inspirado e dirigido por Baboeuf e por um italiano radicado na França, Buonarroti.

Apesar do fracasso da Conjuração e da morte de Baboeuf, devido a uma traição, as idéias dos conspiradores foram reunidas em livro, alguns anos mais tarde, pelo próprio Buonarroti, sob o título de *A Conspiração de Baboeuf*. Esta obra foi responsável pela influência que esta conjuração exerceu sobre os movimentos revolucionários do século XIX. O que há de extremamente importante nas idéias de Baboeuf e Buonarroti é que, pela primeira vez, apresenta-se uma técnica revolucionária. Eles partiam da constatação de que os ricos não iriam entregar o poder ao proletariado por livre e espontânea vontade e que, por isto, era necessário elaborar uma tática que permitisse a estes proletários tomá-lo pela força.

Pela primeira vez deixa-se de lado a crença bastante simplista de que como a filosofia da burguesia

estava baseada na Razão e que, do ponto de vista social, nada poderia existir de mais racional do que uma sociedade justa e igualitária, a burguesia seria capaz de criar, por si própria, o bem-estar geral. Começou-se a perceber que Liberdade, Igualdade e Fraternidade para a burguesia não significava a mesma coisa do que para o proletariado, e que este último, para consegui-lo, teria de se organizar e lutar. Segundo Buonarroti, quando o proletariado tomasse o poder seriam imediatamente abolida a propriedade privada e assegurados educação e trabalho para todos, mas, no que diz respeito à forma de governo, far-se-ia necessária uma fase de ditadura para consolidar o poder proletário.

As características de operação militar da revolução proletária socialista e a necessidade de uma ditadura do proletariado para consolidar a democracia comunista, pregadas por Baboeuf e Buonarroti, estabelecem o advento do moderno socialismo, abrindo caminho para o socialismo científico e influenciando seus criadores, Marx e Engels.

No caminho que vai de Baboeuf à Marx, uma série de movimentos revolucionários ocorreram e muitos pensadores socialistas surgiram, propondo soluções diversas.

Um destes movimentos foi o cartismo, a luta pela Carta do Povo, na Inglaterra, na década de 1830. O cartismo representa, dentro do processo político inglês, a tomada de consciência do proletariado de

que vinha sendo utilizado politicamente apenas como instrumento da burguesia em suas lutas contra a nobreza. Apesar de heterogêneo, o movimento permitiu uma notável propaganda das idéias socialistas na Inglaterra.

Experimentado na luta política e encontrando um terreno preparado por idéias de homens como Thompson, David Ricardo e Owen, o operariado inglês lançou-se em grandes demonstrações, petições, passeatas e, algumas vezes, tentativas de revoltas, para melhorar suas condições de vida. A plataforma dos cartistas era, no entanto, exemplo claro das contradições que existiam no seio deste movimento: reformistas misturavam-se a revolucionários, aqueles que se satisfaziam com a mera adoção do sufrágio universal encontravam-se no mesmo movimento que aqueles que acreditavam estar dando o primeiro passo para uma revolução socialista. Foi a repressão por parte do governo inglês e a divisão cada vez mais acentuada entre estes dois grupos que levaram ao término do movimento durante a década de 40 e a um afastamento do operariado inglês das idéias socialistas.

Do lado da produção intelectual socialista que antecede ao marxismo, quatro são os escritores que merecem nossa atenção: Saint-Simon, Fourier, Owen e Proudhon. A importância dos três primeiros já foi ressaltada por Engels no último capítulo de seu livro *Anti-Dühring* (também publicado

separadamente sob o título de *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*), já o último desenvolve uma teoria contrária às idéias marxistas e vai ser atacado por Marx em *A Miséria da Filosofia*.

Saint-Simon foi, em realidade, um liberal avançado. Escrevendo suas obras iniciais durante a primeira fase da Revolução Francesa, ele ainda possuía como ponto básico de sua visão de sociedade a divisão entre os "ociosos" e os "produtores". Isto fazia com que quando pregasse a necessidade de um governo dos trabalhadores, nele incluísse não só os operários, mas também os industriais, banqueiros e comerciantes. Propunha a livre empresa e a manutenção do lucro dos capitalistas, desde que estes concordassem em assumir certas responsabilidades sociais. Em suas obras finais ele vai propor um novo cristianismo para melhorar a sorte das classes desfavorecidas, uma doutrina social bastante avançada para a época.

Apesar do caráter liberal da doutrina saint-simoniana, vários foram os pontos onde, como nos mostra Engels, ele fez descobrimentos geniais. A percepção da Revolução Francesa como luta entre duas classes, da inevitável primazia futura da economia sobre a política e da futura transformação do governo político sobre os homens numa gestão administrativa das coisas e dos processos de produção, são alguns dos pontos em que o pensamento de Saint-Simon fez avançar a teoria socia-

BIBLIOTECA DO CEFET-MG - CAMPUS X

lista. Os seus seguidores, procedendo a uma mudança de ênfase de certos pontos da doutrina de Saint-Simon, acabaram por transformá-la numa crítica socialista ao capitalismo.

Outro francês que pregou suas doutrinas no início do século passado foi Charles Fourier. Extremamente genial em suas críticas ao mundo e ideologia burgueses (Engels chega a considerá-lo o maior satírico de todos os tempos), Fourier avança na compreensão da História da Humanidade, utilizando a dialética como instrumento. Suas proposições para as mudanças que acreditava necessárias para a sociedade não foram, no entanto, brilhantes; sua teoria dizia que se a vida fosse organizada baseada na associação e no cooperativismo, todos os homens poderiam desenvolver integralmente seus talentos. A última fase da História da Humanidade, na sua compreensão, seria o socialismo (que ele chamava de socientismo) e nesta fase os homens obedeceriam às normas cooperativistas e viveriam em edifícios especialmente concebidos para a felicidade humana, denominados falanstérios. Acreditava necessária a imediata fundação de comunidades e construção de falanstérios e para isto recorria constantemente a filantropos ricos que financiassem seus planos.

Robert Owen representou na Inglaterra, na fase que antecede o movimento cartista, a passagem para o socialismo moderno. De ascendência pequeno-

-burguesa, Owen começou a vida como empregado de comércio e chegou a diretor e sócio de uma grande indústria têxtil. Arguto analista da Revolução Industrial Inglesa, ele resolveu propor alternativas ao caos que estava tomando conta da sociedade inglesa. Entre 1800 e 1829 alterou completamente o funcionamento de sua fábrica, humanizando as relações, diminuindo o horário de trabalho, dedicando-se à educação das crianças e fornecendo condições decentes de saúde e moradia a seus operários.

A partir do sucesso deste seu empreendimento (vale dizer que com todas estas modificações os lucros de sua empresa não deixaram de crescer), Owen vai radicalizando sua visão da sociedade, colocando em xeque a própria validade do lucro. Passou a combater as instituições e a pregar o comunismo, chamando contra si a ira da sociedade inglesa.

Owen foi um dos mais lúcidos e brilhantes pensadores socialistas de sua época e a ele devem-se importantes modificações na vida da classe operária de seu país, dentre as quais a legislação reguladora do trabalho de mulheres e crianças e a criação de cooperativas de consumo operárias.

AS IDÉIAS DE KARL MARX E FRIEDERICH ENGELS

As teses apresentadas por Marx e Engels levaram a uma total modificação do caminho que vinha sendo percorrido pelas idéias socialistas e constituíram a base do socialismo moderno. Apesar de obras anteriores, é o *Manifesto do Partido Comunista* que inova definitivamente o ideário socialista. A partir de sua publicação em 1848, tanto Marx quanto Engels aprofundam e detalham, em suas demais obras, suas concepções sobre a nova sociedade e sobre a História da humanidade.

Antes de qualquer coisa, devemos fugir à idéia de que anteriormente a Marx existissem apenas trevas. Marx não foi um semideus que num passe de mágica tirou da cartola uma descoberta que iria abalar o mundo. O que há de genial no trabalho

de Marx é sua aguçada visão da História e dos movimentos sociais e a utilização de instrumentos de análise que ele próprio criou.

Marx se serve das três principais correntes do pensamento que se vinham desenvolvendo, na Europa, no século passado, coloca-as em relação umas com as outras e as completa em suas obras. Sem a inspiração nestas três correntes, admite o próprio Marx, a elaboração de suas idéias teria sido impossível. São elas: *a dialética, a economia política inglesa e o socialismo.*

A doutrina socialista pré-marxista vinha tendo desenvolvimentos importantes. É inegável que, mesmo apresentando sempre uma característica de utopia, as proposições teóricas que dizem respeito à sociedade futura se desenvolveram e passaram a englobar uma série de pontos que seriam úteis para o marxismo. Além disso a produção intelectual que continha reflexões sobre os processos revolucionários recentes avançavam muitas questões importantes para a elaboração de um corpo teórico mais completo. Para a criação do socialismo científico foi evidentemente indispensável o estudo do caminho que este movimento percorrera, apesar das contramarchas e dos erros, de Thomas More à Baboeuf, ou mais ainda à Saint-Simon, Owen e Fourier.

Durante a fase de seu exílio que vai de 1843 à 1848, Marx, vivendo em Paris e depois em Bruxelas, vai dedicar-se ao estudo destes pensadores socialistas tentando interpretar o movimento à luz de uma outra das fontes que o inspirava: a dialética.

A dialética é um conceito desenvolvido pelo filósofo clássico alemão Hegel; trata-se de uma concepção sobre o princípio de evolução da natureza e da sociedade, infinitamente mais rico, complexo e real do que aqueles que eram admitidos pelos demais filósofos de sua época.

A *dialética hegeliana* afirma que cada conceito possui em si o seu contrário, cada afirmação, a sua negação. O mundo não é um conjunto de coisas prontas e acabadas, mas sim o resultado do movimento gerado pelo choque destes antagonismos e destas contradições. A afirmação traz em si o germe de sua própria negação; depois de se desenvolver, esta negação entra em choque com a afirmação e este choque vai gerar um terceiro elemento mais evoluído, que Hegel chamou de "síntese" ou "negação da negação".

Tomemos aqui, como ilustração, um exemplo que nos é fornecido por Beer. Imaginemos um ovo. Um ovo é uma coisa positiva. Dentro dele existe um germe cujo desenvolvimento implica necessariamente o desaparecimento do ovo como tal; em outras palavras o germe do pinto existente no ovo é a negação deste ovo. No momento em que esta negação está completa, ocorre o choque entre a afirmação e a negação e surge o terceiro elemento:

o pinto arrebenta a casca e sai. Ele é a síntese, uma forma orgânica nitidamente superior àquela da afirmação (o ovo) quanto àquela da negação (o germe).

Apesar de ter feito da dialética hegeliana, que acabamos de apresentar de maneira simplificada, um dos pontos básicos de sua teoria, Marx não a utilizou tal e qual a apresentava o filósofo alemão. Hegel era um filósofo idealista, enquanto *Marx era um filósofo materialista*. Para os idealistas, era o pensamento, a Idéia, que criava a realidade; o espiritual, o absoluto, eram forças que se moviam por si mesmas e que movimentavam todo o universo. Já para Marx e Engels, que aprofundaram as idéias materialistas contidas na crítica que Ludwig Feuerbach dirigira ao idealismo de Hegel, o movimento do pensamento era apenas um reflexo do real, pois na medida em que era produto do cérebro humano e que o homem era, ele próprio, produto da natureza, o pensamento não poderia deixar de ser também um produto da natureza.

Ressaltemos então que a dialética que embasa a doutrina marxista não é a mesma dialética idealista de Hegel, mas sim a forma que esta dialética assume ao ser encarada desde um ponto de vista materialista. *É o materialismo dialético*. Para Marx, o movimento dialético não possui por base algo espiritual mas sim algo material.

O materialismo dialético é o conceito central

da filosofia marxista, mas Marx não se contentou em introduzir esta importante modificação apenas no terreno da Filosofia. Ele adentrou no terreno da História e ali desenvolveu uma teoria científica: *o materialismo histórico.*

O materialismo histórico, a concepção materialista da História desenvolvida por Marx e Engels, é uma ruptura à História como vinha sendo estudada até então. A História idealista que dominara até àquela época chamava de História da Humanidade ou História da Civilização a algo que não passava de mera seqüência ordenada de fatos históricos relativos às religiões, impérios, reinados, imperadores, reis etc.

Friederich Engels (1820-1895).

Para Marx as coisas não funcionavam desta maneira. Em primeiro lugar, como materialista, interessava-lhe descobrir a base material daquelas sociedades, religiões, impérios etc. A ele importava saber qual era a base econômica que sustentava estas sociedades: quem produzia, como produzia, com que produzia, para quem produzia e assim por diante. Foi visando isto que ele se lançou ao estudo da Economia Política, tomando como ponto de partida a escola inglesa cujos expoentes máximos eram Adam Smith e David Ricardo. Em segundo lugar, uma vez que a base filosófica de todo o pensamento marxista (e, portanto, também de sua visão da História) era o materialismo dialético, Marx queria mostrar o movimento da História das Civilizações enquanto movimento dialético.

A teoria da História de Marx e Engels foi elaborada a partir de uma questão bastante simples. Examinando o desenvolvimento histórico da Humanidade pode-se facilmente notar que a filosofia, a religião, a moral, o direito, a indústria, o comércio etc., bem como as instituições onde estes valores são representados, não são sempre entendidos pelos homens da mesma maneira. Este fato é evidente: a religião na Grécia Antiga não é vista da mesma maneira que a religião em nossos dias, assim como a moral existente durante o Império Romano não é a mesma moral existente durante a Idade Média. A pergunta que os criadores do socialismo marxista propunham-se a responder era: o que é que determina estas mudanças?

Um seguidor da filosofia idealista não teria grandes dificuldades para explicar estas variações das manifestações da inteligência humana, pois em seu entender elas seriam frutos do espírito. Para um materialista, como eram tanto Marx quanto Engels, contudo, a resposta a esta questão não poderia ser tão simples e inocente. Deveria existir uma estreita correlação, passível de ser provada, entre este movimento das idéias e a realidade material da sociedade; o movimento seria produto de modificações que estivessem ocorrendo na base material da sociedade.

No desenvolvimento de sua obra Marx e Engels provam o acerto desta hipótese. Eles concluem que a estrutura político-jurídica e a ideologia (entendida esta como o sistema de idéias e os costumes) eram o resultado das relações estabelecidas pelos homens em um determinado momento da História, e correspondiam a um certo estágio das forças produtivas. O que Marx denominava de forças produtivas é o conjunto formado pelo clima, solo, água, matérias-primas, máquinas, mão-de-obra, instrumentos de trabalho e técnicas.

Nas palavras de Marx: "Na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau de desenvolvimento das forças produti-

vas." Para melhor compreender esta afirmação de Marx, imaginemos dois períodos históricos bem distintos; por exemplo, por volta do ano 1000 e hoje em dia. No ano 1000, aquilo que Marx chama de forças produtivas encontrava-se num estágio de desenvolvimento evidentemente muito inferior ao de hoje em dia. Os instrumentos e técnicas de trabalho eram rudimentares, a mão-de-obra encontrava-se espalhada pelos campos e não concentrada em cidades, as terras eram abundantes etc. Não há dúvida de que os homens que ali estão produzindo estabelecem entre si relações infinitamente diversas das que estabelecem os homens em nossos dias. A estas relações de produção tão diferentes correspondem, obviamente, uma estrutura político-jurídica e uma ideologia radicalmente diferentes. O Estado, a justiça, a religião, a moral, os costumes etc., da maneira como existiam no ano 1000, correspondiam às relações de produção daquela época, da mesma maneira que as que conhecemos atualmente relacionam-se às relações de produção existentes em nossa sociedade.

Segundo Marx, o conjunto dessas relações entre os homens às quais nos referimos acima, o conjunto das relações de produção, constitui um alicerce, uma infra-estrutura sobre qual vai assentar-se a outra parte do edifício social, a superestrutura jurídica, política e ideológica.

Numa estrutura como esta, assim como num

edifício, qualquer abalo nos alicerces coloca em risco o restante da construção. Assim, qualquer mudança na infra-estrutura acarretaria, obrigatoriamente, alterações na superestrutura. Ora, como vimos há pouco, as relações de produção correspondem a um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e é, portanto, fácil perceber que quando o desenvolvimento destas forças produtivas atinge um estágio mais avançado as antigas relações de produção vão mostrar-se inadequadas. As antigas relações de produção entram em choque, entram em contradição, com o novo estágio das forças produtivas, e isto abala os alicerces do edifício social. A superestrutura que está toda ela construída sobre a infra-estrutura formada pelo conjunto das antigas relações de produção também se torna inadequada. A mudança das relações de produção (e conseqüentemente de toda a superestrutura) faz-se necessária e abre-se a possibilidade de revolução social.

A passagem do modo de produção feudal, isto é, do modo de produção onde as relações de produção eram dominantemente feudais, ao modo de produção capitalista é um dos exemplos deste processo histórico. A partir de um determinado momento do período de dominação feudal as forças produtivas conheceram um desenvolvimento bastante acelerado. Inovações técnicas permitiram por exemplo a construção das caravelas, a liberação da mão-de-obra em-

pregada na agricultura, a queda da taxa de mortalidade etc. Restringindo-nos apenas a estes exemplos já nos encontraremos às voltas com conseqüências importantíssimas como, por exemplo, um contingente enorme de mão-de-obra concentrando-se cada vez mais nas cidades, as descobertas e o crescimento do comércio internacional que era controlado pelos burgueses e não pelos nobres e senhores feudais. Conforme estas modificações iam surgindo, a burguesia ia ganhando uma força econômica cada vez maior, em detrimento da nobreza. As relações de produção capitalistas iam cada vez mais se generalizando por toda a sociedade européia e a relação de produção feudal mostrava-se cada dia mais inadequada. A alteração da superestrutura, contudo, não obedecia ao mesmo ritmo que as modificações na estrutura produtiva; ela ainda permanecia fiel à antiga relação de produção, pois a estrutura de dominação política e jurídica ainda permanecia nas mãos da nobreza. Os nobres continuavam a deter o poder e a fazer as leis que regiam uma sociedade que, economicamente, era completamente dominada pela burguesia.

A velocidade cada vez maior do desenvolvimento das forças produtivas, principalmente através de modificações tecnológicas, como o tear mecânico, a máquina a vapor e as ferrovias, só fazem acentuar esta contradição gritante. A burguesia necessitava do poder, precisava construir a sociedade à imagem

e semelhança das relações de produção que havia disseminado. As revoluções que surgem na Europa de então, das quais a mais importante é a Revolução Francesa, vem responder a esta necessidade.

Como acabamos de ver, o movimento da História possui uma base material, econômica, e obedece a um movimento dialético. O modo de produção feudal é o fato positivo, a afirmação, mas já traz dentro de si o germe de sua própria negação: o desenvolvimento de suas forças produtivas propicia o surgimento da burguesia. À medida que estas forças produtivas se desenvolvem elas vão negando as relações feudais de produção e introduzindo as relações capitalistas de produção. A luta entre a nobreza e a burguesia vai-se acirrando; em um determinado ponto deste desenvolvimento ocorre a ruptura e aparece o terceiro elemento mais desenvolvido, que é o modo de produção capitalista. É portanto, *a luta entre as classes que faz mover a História.*

Como Marx identificara, a vitória da burguesia não leva ao fim dos antagonismos entre classes, apenas faz com que mudem os elementos. Agora é o modo de produção capitalista que traz dentro de si sua negação, representada pelo desenvolvimento indispensável das forças produtivas e da classe operária. Segundo o criador do materialismo histórico, o capitalismo necessitaria para sua própria sobrevivência de um desenvolvimento das forças produtivas

num ritmo jamais visto em toda a História da Humanidade e isto aceleraria enormemente o desenvolvimento da classe que a ele se opunha: o proletariado.

As contradições crescentes do modo de produção capitalista abririam, inexoravelmente, caminho para uma intensificação da luta entre estas duas classes e, conseqüentemente, à ruptura que seria representada pela tomada de poder pelos operários e à implementação do socialismo.

Este não seria, todavia, o estágio final de desenvolvimento da sociedade humana. Com a tomada de poder pela classe operária seria necessário um período para a consolidação do poder desta classe (a ditadura do proletariado), para que se pudesse passar a uma sociedade completamente sem classes e sem Estado: o comunismo.

O que apresentamos de maneira resumida e simplificada neste capítulo, são apenas algumas das idéias principais de Marx e Engels. Inúmeras outras questões relevantes são tratadas em suas obras, notadamente as econômicas que estão apresentadas em *O Capital*, onde é mostrado o funcionamento da sociedade dominada pela burguesia e, portanto, pelo capital, mas neste texto fomos obrigados a deixá-las de lado.

HÁ UMA PEDRA NO MEIO DO CAMINHO... NO MEIO DO CAMINHO HÁ UMA PEDRA

A I Internacional e o anarquismo

O marco inicial do advento do socialismo científico foi a publicação do *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels, em princípios de 1848. Este manifesto foi fruto do trabalho de propaganda de suas idéias, que efetuavam Marx e Engels, na Liga dos Justos, organização de caráter socialista que agregava representantes de vários países. Desde 1847, a Liga publicava a *Revista Comunista* e, no final deste ano, decidiu-se a mudança do nome da organização para Liga dos Comunistas. Marx e Engels foram encarregados da elaboração do programa desta Liga, daí surgindo o famoso *Manifesto*, onde, pela primeira vez, é exposta a visão marxista da

História.

A Revolução de 1848, na Alemanha, permitiu aos membros da Liga uma acentuada divulgação de suas idéias neste país. O movimento revolucionário era um movimento burguês, uma investida burguesa contra o poder dos senhores feudais, mas o ambiente revolucionário propiciou um enorme aumento de veiculação das idéias socialistas. Assim que tem início a Revolução, grande parte dos membros da Liga Comunista, que eram alemães exilados, retorna a seu país para ali fazer a propaganda necessária para "destruir a antiga sociedade e libertar o proletariado intelectual, política e economicamente". Com o fracasso da Revolução da burguesia, classe ainda muito fraca para conseguir tomar o poder à aristocracia, em 1850, a polícia alemã consegue prender diversos membros da Liga e, como conseqüência, desestruturá-la por completo.

A década de 50 foi marcada por um descenso generalizado dos movimentos revolucionários europeus, devido à reação violenta das forças reacionárias. Nos países onde a burguesia já havia alcançado o poder, como é o caso da França, ela própria se encarregou de reprimir as manifestações das classes populares, que poderiam colocar em xeque sua dominação da sociedade. Nas nações onde os senhores feudais ainda detinham o poder, podemos ver que a burguesia prefere recompor suas forças com a nobreza a unir-se ao proletariado para derrubá-la. O

desenvolvimento do capitalismo vai, outrossim, paulatinamente, arrasando o que ainda restava da antiga estrutura feudal de dominação, na Europa Ocidental. Durante esta década este fenômeno é facilmente observável.

Já no início dos anos 60 do século passado tem início a rearticulação das forças progressistas do operariado, que irá culminar com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (conhecida como I Internacional). Esta organização é resultado de um lento e progressivo processo de aproximação entre os proletários ingleses, franceses e exilados dos demais países europeus. Desde 1856 pairava no ar a idéia de se criar uma Liga Internacional dos Trabalhadores. Os contatos entre os grupos que sustentavam esta idéia amiúdam-se a partir de 1862 e, finalmente, em 1864 é fundada a I Internacional.

A fase inicial da Associação Internacional dos Trabalhadores foi toda pontuada por grandes dificuldades. Problemas de ordem operacional constituíram-se em obstáculos de primeira grandeza para o desenvolvimento da organização. Apesar da excelência de seus membros, a I Internacional possuía como filiadas organizações que, na realidade, não eram representativas da classe operária de seus respectivos países; o exército de operários que a Internacional tinha sob seu comando era numericamente muito pouco significativo. A única delegação que realmente representava um enorme contingente

de trabalhadores, a inglesa, mantinha-se estranhamente à margem dos trabalhos da AIT.

As divergências ideológicas constituem outro problema cuja presença é constante durante a I Internacional. Nos primeiros anos, apesar da influência de Marx, que fizera parte da comissão de elaboração dos estatutos, a organização apresentava uma forte corrente de socialistas seguidores da linha de Proudhon. Apesar disto Marx consegue, habilmente, evitar a dissolução da AIT e assegurar a preponderância de suas idéias principais.

O proudhonismo, apesar de extremamente forte nos dois primeiros Congressos da Primeira Internacional (1866 e 1867), representava uma idéia historicamente ultrapassada. Sua pregação do mutualismo operário e sua posição contra a greve como instrumento de pressão já não correspondiam à realidade; a primeira devido ao fracasso das experiências efetuadas neste sentido pelos próprios partidários de Proudhon e, a segunda, porque a grave crise econômica que se abatera sobre o continente europeu, por volta de 1867, fertilizara o terreno para a eclosão de inúmeros movimentos grevistas. Pouco a pouco os proudhonianos passam a aceitar as idéias de Marx e Engels.

Por outro lado, o surto grevista ao qual nos referimos acima traz um número cada vez maior de organizações e operários para a órbita da Internacional. Países onde ainda não existiam organi-

zações filiadas à AIT ou onde estas fossem em número reduzido passam a ter maior contato com a Internacional. Este é, por exemplo, o caso da Itália ou ainda o da Espanha.

Outro fator de enorme importância para o crescimento da Associação Internacional dos Trabalhadores foi a ruptura que ocorre dentro do socialismo de corrente lassaliana. O socialismo preconizado pelo alemão Lassale dominara, durante a década de 50, praticamente a totalidade do movimento socialista de seu país. Lassale, que mantivera contatos estreitos com Marx e Engels e estudara suas idéias, acabara por optar por uma teoria em que mesclava socialismo com nacionalismo. Para ele, ambos eram igualmente importantes e, em vista disto, passa a colaborar ativamente com a burguesia alemã para a unificação do país sob a liderança do Estado Prussiano. A tônica de seu trabalho para a obtenção de reformas era eminentemente parlamentar. Com a ruptura, um grupo socialista comandado por Liebknecht e Bebel funda um partido que apresenta um programa concorde com as idéias marxistas e que se aproxima da Internacional.

Nesta fase de crescimento surge em cena a mais importante divergência ideológica que vai conhecer a I Internacional. Trata-se do conflito entre as idéias de Marx e Bakunin. Bakunin era um revolucionário russo que apresentava proposições mais radicais do que as preconizadas pelo criador

do socialismo científico. Ele abominava tudo o que, na doutrina marxista, implicava disciplina e organização. Não acreditava na necessidade de um processo de educação e organização das massas trabalhadoras, sob a condução de um partido político, para o desencadeamento do processo revolucionário. Segundo ele uma elite revolucionária, apoiada por uma massa de camponeses e trabalhadores, poderia chegar ao poder, bastando para isto atuar como detonador do processo revolucionário. Bakunin tampouco acreditava ser necessária a passagem por um período de "ditadura do proletariado" para atingir a sociedade sem classes; ele pregava a imediata eliminação do Estado.

A partir de sua admissão na Internacional, em julho de 1869, a força dos partidários de Bakunin — os anarquistas ou socialistas libertários — aumenta consideravelmente. Tal fato não é de estranhar, pois para os países menos desenvolvidos e com uma classe operária ainda muito reduzida, as idéias de Bakunin permitiam imaginar uma revolução socialista dentro de um prazo mais curto do que o exigido pela teoria de Marx. Foi na Itália e na Espanha que o anarquismo conheceu seu maior desenvolvimento.

A oposição de Bakunin aos marxistas chegou a ameaçar a política preconizada pelo Conselho Geral da AIT, mas os acontecimentos internacionais durante o ano de 1870 colocaram, por um momento, esta disputa em um segundo plano. Foi neste ano que estourou a guerra franco-prussiana, na qual a França foi rapidamente derrotada pelas forças do chanceler alemão Bismarck.

Apesar de a Internacional já ter previamente discutido sobre o perigo de eclosão deste conflito e determinado que, neste caso, os trabalhadores dos países envolvidos deveriam decretar greve geral, quando a guerra teve início a organização dos trabalhadores nada pôde fazer.

A seqüência dos fatos após a derrota francesa vai ter enorme repercussão para a Internacional. A derrota levou, imediatamente, à queda da monarquia e à proclamação da República Francesa. Diante deste fato, a Internacional lança um manifesto ao proletariado pedindo para que este reforçasse o novo governo e aproveitasse as liberdades burguesas para proceder à sua organização de classe. Marx temia uma revolta popular que considerava prematura; Bakunin, por outro lado, viaja à França expressamente para insuflar os franceses a esta revolução.

Finalmente, em março de 1871, dá-se o início da revolução — a Comuna de Paris. O governo republicano em seu afã de desarmar rapidamente a população parisiense vai provocar a reação do povo, manifesta na eclosão do movimento revolucionário.

Com participação ativa, porém não decisiva, dos partidários da I Internacional, o governo da Comuna de Paris passou a destruir o antigo Estado

e a lançar as bases de um Estado proletário. Suprimiram o exército permanente, substituindo-o por milícias populares; atacaram a burocracia, determinando que o preenchimento de cargos seria feito por meio de eleições; separaram a Igreja do Estado e substituíram a centralização pelo federativismo entre os estados da França.

A experiência da Comuna foi vista por Marx como a efetivação do Estado proletário e a tentativa de sua estruturação. Por outro lado, o fracasso desta tentativa deu a Marx armas para reforçar seus argumentos em favor da necessidade de um período de ditadura para tornar viável a existência de uma sociedade comunista democrática. Segundo ele, o Comitê Central da Guarda Nacional, que fora o responsável pelo início da revolta que levara à Comuna, pecara por excesso de democracia. Se, em vez de, oito dias após a tomada de poder, convocar eleições para uma Assembléia Nacional, ele tivesse imediatamente atacado as forças burguesas do governo republicano, o sucesso da Comuna poderia ter sido preservado e espalhado por todo o país.

O fracasso da Comuna de Paris foi fatal para a Associação Internacional dos Trabalhadores. Em todos os países ela passou a ser acusada de a grande responsável pela Comuna e, conseqüentemente, a sofrer violenta repressão, assim como sofreu repressão o movimento operário europeu em geral. A desintegração da Internacional, todavia, não foi

imediata. A impossibilidade de qualquer atuação mais relevante por parte dos Internacionalistas favoreceu o desenvolvimento das disputas teóricas cada vez mais acentuadas entre os partidários de Marx e os de Bakunin. Em 1872, no Congresso de Haia, estes últimos foram expulsos e o Conselho Geral da AIT foi transferido para Nova York, onde permaneceu até seu fechamento, em 1876.

A importância desta I Internacional não pode ser estabelecida na razão direta de sua duração. Doze anos foram suficientes para difundir as idéias de Marx para os trabalhadores de diversos países. O trabalho da I Internacional serviu para descartar definitivamente as concepções, em maior ou menor grau, utópicas do socialismo. A Revolução Socialista passou a ser vista como algo possível, a partir do próprio proletariado organizado. Foi no próprio corpo da I Internacional, outrossim, que se desenvolveu um dos mais perigosos inimigos do marxismo: o anarquismo. Esta doutrina apresentou ao proletariado uma outra concepção do processo revolucionário, mas, especialmente, frisou pela primeira vez o perigo de uma burocratização do Estado Socialista; este era o motivo pelo qual insistia na idéia, na prática pouco plausível, de uma passagem direta à uma sociedade sem Estado.

As idéias de Marx frutificaram na criação de centenas de partidos proletários e no advento de revoluções baseadas em seus princípios. As idéias

Miguel Bakunin (1814-1876)

de Bakunin não conheceram tal importância, mas não deixam de ser úteis para manter viva a lembrança de que socialismo implica liberdade.

O socialismo científico de Marx e Engels apresentou, no entanto, leituras bastante diversas. A partir da Segunda Internacional, após a morte de Marx em 1883, já se pode notar uma compreensão bastante variada dos ensinamentos de seus criadores, que acabarão por levar tanto à Revolução Russa de 1917 quanto à quase total descaracterização da social-democracia enquanto movimento verdadeiramente socialista-marxista.

A II Internacional e a Social-Democracia

Em 1891, quinze anos após a extinção da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional), vai ressurgir a organização de trabalhadores em caráter internacional. A Segunda Internacional é o fruto do amadurecimento dos inúmeros contatos estabelecidos entre os trabalhadores europeus durante a década de 80. Durante estes anos, contatos entre o proletariado francês e inglês não conseguiram levar à rearticulação da organização internacional, devido, sobretudo, à oposição dos socialistas alemães. O próprio Engels, herdeiro natural de

Karl Marx (morto em 1883), às vésperas do Congresso de Paris em 1889 — onde pela primeira vez desde o fim da I Internacional reuniam-se representantes da classe operária de diversos países —, manifesta-se contra a reedição da organização, taxando-a de inútil, impossível e sintoma de nostalgia.

As profundas diferenças entre a I e a II Internacional só podem ser compreendidas se levarmos em conta as modificações quantitativas e qualitativas por que passara o movimento socialista dos principais países europeus durante este período. O acentuado crescimento destas organizações e o aparecimento das diversas tendências conflitantes dentro do socialismo constituem o ponto básico do quadro destas modificações.

O caso alemão é, em nosso entender, o mais ilustrativo destas mudanças. Após a derrota da Comuna de Paris, como já mencionamos anteriormente, ocorre uma forte vaga de repressão ao movimento operário europeu. Na Alemanha, as duas correntes do movimento operário — a lassaliana (que admitia a colaboração com a burguesia) e a eisenachiana (de tendência marxista) —, apesar dos cem mil votos obtidos nas eleições de 1871, vão ser fortemente reprimidas.

Com o intuito de melhor defenderem sua sobrevivência frente aos ataques do governo, estas duas correntes decidem deixar de lado os pontos que as separavam e, baseadas em seus pontos comuns, elaborarem um programa único. Este programa foi aprovado no Congresso de Gotha (1875) e levou à fusão entre os dois grupos. Para tornar viável esta união, os marxistas abriram mão de uma série de pontos fundamentais da teoria de Marx e Engels, chegando mesmo a negar a necessidade do internacionalismo proletário e a aceitar a idéia lassaliana de que seria possível alcançar os objetivos do socialismo pela conquista do Estado, por meio de eleições onde os trabalhadores alcançassem maioria eleitoral. O próprio Marx não poupou críticas a esta atitude daqueles que se denominavam seguidores de sua doutrina, em um livro denominado *A Crítica ao Programa de Gotha*.

Reunidas sob o título de Partido Social-Democrata Alemão, estas duas correntes, apesar das fortes divergências internas e da repressão governamental, conheceram um enorme avanço no campo eleitoral. Este crescimento transparece claramente nas eleições de 1877 quando seu Partido consegue cerca de 500 mil votos. Frente a este fato, o governo alemão decide aumentar ainda mais a repressão ao movimento, operário, lançando as Leis Anti-Socialistas com as quais pretendia barrar o avanço do Partido Social-Democrata.

De acordo com esta legislação, ficavam proibidas quaisquer manifestações, publicações, reuniões públicas, comícios etc. que tivessem por objetivo propagandear as idéias socialistas. A existência do

Partido, no entanto, ficava assegurada e com isto, baseado em um intenso trabalho clandestino de divulgação, o Partido dos trabalhadores atinge, nas eleições de 1890, 1400 mil votos e se transforma no maior partido do país. O governo se vê obrigado a revogar as Leis Anti-Socialistas e o Partido Social-Democrata volta a desempenhar legalmente todas as suas atividades.

Quando o Partido retoma integralmente suas funções, constata-se que a corrente lassaliana havia perdido muito de sua antiga força e que o domínio do Partido era exercido pelos marxistas. Estes marxistas, contudo, estavam longe de formar um bloco homogêneo; o estreito contato com os lassalianos havia levado uma parte deles a modificar sua visão do processo que levaria ao socialismo. Ocorre uma nítida divisão dentro do Partido Social-Democrata: de um lado uma minoria de marxistas revolucionários que pregavam um estrito respeito à doutrina revolucionária de Marx, de outro um grupo mais numeroso que, mesmo defendendo as idéias de Marx, aceitava cada dia mais a tática de caminhar rumo ao socialismo pela via parlamentar.

Enquanto a divisão entre estes dois grupos acentuava-se gradativamente, surge um terceiro grupo, colocado à direita da ala moderada, liderado por Bernstein e cuja importância dentro do Partido será bastante grande. Na opinião de Bernstein a teoria de Marx tornara-se obsoleta, pois o desen-

volvimento do capitalismo não estava levando a um aprofundamento das diferenças entre as classes e nem à aceleração da luta de classes. Segundo ele, o sistema capitalista não iria entrar na série de crises sucessivas que o destruiriam e abririam lugar para a sociedade socialista; as transformações por que passara a democracia burguesa permitiam que um partido operário conseguisse todas as reformas necessárias para assegurar o bem-estar da classe proletária, sem tolher a liberdade dos indivíduos por meio de uma ditadura do proletariado. Bernstein pregava uma revisão dos pontos básicos do marxismo. As disputas entre os marxistas revolucionários, marxistas ortodoxos ou moderados e revisionistas que marcam o Partido Social-Democrata Alemão irão marcar igualmente os trabalhos da II Internacional.

O panorama do movimento operário francês não é muito diverso do alemão. A partir de 1877 reaparece, sob a direção de Jules Guesde, o movimento socialista francês, que aproveita-se do vazio existente para conquistar a maioria do movimento sindical do país. A oposição dos anarquistas ao Partido dos Trabalhadores Franceses, de Guesde, não chegou a ser tão importante quanto aquela levada a cabo por uma ala revisionista, liderada por Brousse. Esta ala, seguindo as idéias de Bernstein e dos revisionistas alemães, acabou por se desligar do Partido dos Trabalhadores Franceses para fun-

dar o seu próprio Partido dos Trabalhadores Socialistas Franceses.

Na Inglaterra, onde as idéias de Marx nunca chegaram a ter uma penetração marcante, o socialismo reformista era, na época, indubitavelmente a maior força do movimento operário e sindical. A partir das duas últimas décadas do século passado, o socialismo inglês passou a adotar a postura teórica pregada por um grupo de intelectuais que se agrupavam em uma organização conhecida como Sociedade Fabiana. Os fabianos, ainda que não possam ser considerados revisionistas — uma vez que suas teorias não eram baseadas numa revisão das obras de Marx e Engels — não se diferenciavam muito dos grupos deste gênero. Acreditavam ser possível, através de reformas sociais propostas ao Legislativo, chegar à igualdade social e mesmo, paulatinamente, suprimir a propriedade privada. Apesar da existência de algumas correntes cooperativistas que ainda se baseavam nas doutrinas de Owen e Proudhon, e da vaga de radicalização que toma conta do movimento operário inglês durante a crise econômica do início deste século, são as idéias fabianas que dominam o movimento sindical e o Partido Trabalhista deste país.

Foi a partir dos contatos entre os movimentos operários destes países da Europa que amadureceu a idéia de convocação de um Congresso Internacional em Paris, em 1889. As marcantes diferenças ideológicas entre os diferentes grupos e partidos levou a que fossem realizados dois congressos, paralelos e rivais, na capital francesa. De um lado reuniram-se os marxistas franceses e os sociais-democratas alemães, de outro os reformistas franceses e os sindicalistas ingleses. As tentativas de fazer do primeiro destes dois congressos o ponto de partida para o ressurgimento da Internacional encontraram cerrada resistência por parte dos sociais-democratas, e fracassaram em seu intento.

Um ano mais tarde, foi conseguida a unificação entre os dois blocos do movimento operário europeu e convocado o Congresso de Bruxelas para 1891. Nele, que é considerado o marco inicial da II Internacional, ficou nítida a vitória dos marxistas (moderados e revolucionários) frente aos demais grupos.

Aflige a primeira fase de vida desta nova Internacional o mesmo velho problema que marcara a fase final de sua antecessora: o anarquismo. Já no Congresso de Bruxelas os anarquistas se viram excluídos dos debates, mas a polêmica entre estes e os marxistas continua até o final do século. Esta discussão estava centrada, principalmente, em dois pontos: a validade ou não de uma atuação parlamentar dos representantes proletários e a necessidade de organização da classe operária em partidos. A vitória dos marxistas, implicando a eliminação definitiva dos anarquistas da II Internacional, torna ponto pacífico a questão da necessidade de um Par-

tido como principal instrumento de atuação dos socialistas, mas deixa ainda em aberto o ponto referente ao peso que deveria ser dado à sua atuação parlamentar.

Ao entrar no século XX, a Internacional encontrava-se dividida em três grupos distintos, à semelhança do Partido alemão. À direita estava o grupo revisionista de Bernstein, no centro os marxistas moderados dirigidos por Kautsky e à esquerda os marxistas revolucionários liderados por Lenin e Rosa Luxemburgo.

O grupo de Bernstein, como já vimos, recusava o marxismo e pretendia modernizar o movimento socialista à luz do desenvolvimento capitalista; tentava fazê-lo abandonar uma teoria que considerava ultrapassada. O grupo moderado dos marxistas ortodoxos defendia o marxismo destas acusações e reafirmava a total aplicabilidade das idéias de Marx e Engels, apesar de todas as transformações por que passara a sociedade. Já o grupo de esquerda acreditava na necessidade de renovação, mas de uma renovação dentro do próprio marxismo e de cunho eminentemente revolucionário.

Se examinarmos o conjunto dos trabalhos desta Internacional, poderemos constatar que as propostas reformistas do grupo bernsteiniano eram constantemente derrotadas; isto, entretanto, é apenas meia-verdade. Na prática era o reformismo que ia, gradativamente, ganhando terreno. A ala moderada, ape-

Rosa Luxemburgo (1871-1919)

sar de dizer-se, constantemente, fiel ao marxismo, apresentava, na prática, uma atuação cada vez mais reformista. Tal postura não é de estranhar se levarmos em consideração que estes senhores representavam prósperos partidos, com milhares de adeptos e donos de força política considerável nos respectivos países e que não queriam correr o risco de basear sua atuação no pressuposto da inevitabilidade da

passagem revolucionária do capitalismo para o socialismo, exatamente numa época em que a sociedade capitalista passava por um momento de prosperidade. Parecia-lhes menos arriscado acreditar que um poderoso partido operário seria capaz de impor as reformas sociais necessárias e levar a sociedade, gradualmente e sem abalos, ao socialismo.

Era apenas o grupo de esquerda que continuava a pregar a necessidade de uma tática revolucionária para a tomada do poder. Com a Revolução Russa de 1905 esta posição ganhou um notável, ainda que breve, reforço; táticas como greves gerais políticas e organização em forma de sovietes, utilizadas pelos russos, parecem ter dado ao movimento socialista internacional a consciência da necessidade de elaboração de uma estratégia revolucionária eminentemente marxista. Tal consciência — e com ela o reforço à posição radical — não teve tempo de aprofundar suas raízes devido à derrota desta primeira etapa do processo revolucionário russo. A partir daí, apesar do controle formal da Internacional pelos moderados, o reformismo vai avançar rapidamente.

Comparada à Primeira Internacional, a Segunda apresentava à primeira vista uma aparência de força e de melhor organização. Formada por partidos de peso dentro dos respectivos países e contando com um organismo permanente — o Escritório Socialista Internacional — desde 1900, a II Internacional

possuía, em verdade, uma estrutura bastante débil e não apresentava condições de sobreviver a uma grande crise. Os grandes partidos que dela faziam parte, entusiasmados com seu próprio crescimento quantitativo e embebidos cada vez mais das práticas reformistas, dificilmente se disporiam a abandonar aquilo que lhes parecia ser o caminho do poder, em função de alguma norma ditada pela Internacional.

É a questão da posição a ser tomada pelos socialistas frente a uma guerra entre as potências que irá se constituir em ponto central da crise que levaria ao fim da II Internacional.

A ameaça de um conflito internacional começa a despontar no horizonte já na primeira década deste século. O desenvolvimento das potências imperialistas e das rivalidades entre elas faziam prever que uma guerra ocorreria num futuro não remoto. A questão já ocupava a pauta dos Congressos da organização internacional dos trabalhadores desde 1907. Neste ano fora resolvido que os trabalhadores deveriam tentar de todas as maneiras possíveis evitar a deflagração do conflito e (por sugestão da ala marxista revolucionária) que, se mesmo assim a guerra explodisse, deveriam utilizar todos os meios disponíveis para fazê-la cessar rapidamente e aproveitar o momento para levar a agitação socialista às camadas populares, com o objetivo de precipitar a queda do capitalismo.

Nos congressos de 1910 e 1912 o assunto voltou a ser discutido, sendo a guerra condenada como crime capitalista com o fim de aumentar os lucros. Os partidos socialistas puseram-se de acordo para que nenhum pedido de crédito de guerra dos governos dos respectivos países a seus poderes legislativos contasse com o apoio das bancadas socialistas.

As resoluções estavam todas no papel, mas nenhum grande partido socialista preocupou-se em preparar uma reação das massas trabalhadoras contra a guerra. Assim, quando em 1914 tem início a Primeira Guerra Mundial, as representações socialistas dos países envolvidos não só não se lançam em oposição ao conflito e à sua caracterização, como crime dos capitalistas contra a classe operária, como também aprovam, com rapidez, os créditos de guerra exigidos por seus governos. Na realidade os grandes partidos, dominados pelos reformistas (de centro e de direita), não quiseram deixar de apoiar governos que garantiam um sistema político que dava a estes partidos uma posição confortável e relativa segurança quanto à sua sobrevivência.

A única exceção foi a dos bolchevistas russos, comandados por Lenin, que combateram sem cessar a guerra e que aproveitaram a ocasião para promover agitação contra o regime ditatorial do tzar Nicolau II.

Os partidos de países neutros, os grupos pacifistas das nações em guerra e os marxistas revolucionários ainda chegaram a se reunir em congressos

nos anos de 1915 e 1916, para exigir o fim da guerra e a assinatura de um tratado de paz sem vencedores nem vencidos. Apesar destas reuniões, a II Internacional já era um organismo completamente desestruturado. O crescimento do reformismo em seu seio fora-lhe fatal.

À medida que a guerra avançava e o cansaço e descontentamento das populações iam-se manifestando, os grupos de esquerda dos partidos socialistas passam a ganhar adeptos. Numa conjuntura como aquela, não mais existia espaço para um grupo de centro no movimento operário, ou bem os moderados aderiam francamente ao revisionismo ou bem passavam a atuar junto com os revolucionários de esquerda. A Revolução Russa de 1917 atua como ponto fundamental da ruptura definitiva entre estes dois grupos.

Não vamos nos estender aqui no estudo do processo revolucionário russo, por entendermos que tal assunto deva ser tratado na obra referente ao comunismo, a ser lançada nesta mesma coleção. Esboçaremos apenas seu quadro geral.

O ano de 1917 vai encontrar o governo reacionário do tzar Nicolau II no limite de sua resistência. Destroçado pelo exército alemão e sofrendo enorme oposição interna, o tzarismo não resiste às greves de trabalhadores e à proliferação dos sovietes (inclusive dentro do próprio exército). Isto abre caminho para a Revolução burguesa de fevereiro que vai permitir

a volta do líder bolchevista Lenin, que se encontrava no exílio.

No comando de seu partido, Lenin vai continuar insistindo na exigência de uma paz imediata ainda que isto representasse sérias perdas territoriais para a Rússia. Conduzindo com maestria o descontentamento das massas em relação à guerra, ele acaba por deflagrar o processo revolucionário de Outubro e por instituir, naquilo que fora o Império Russo, um governo socialista.

É evidente que a vitória de uma Revolução Socialista em um país do porte da Rússia não pode deixar de ter profundos efeitos sobre o movimento socialista internacional.

No imediato após-guerra têm início os contatos visando a rearticulação da organização internacional dos trabalhadores. O grau de aprofundamento a que haviam chegado as divergências entre as diversas correntes, após a vitória do socialismo revolucionário na Rússia, não permitiria contudo que esta reconstrução fosse feita de modo unitário.

O reestabelecimento da II Internacional foi levada a cabo entre 1919 e 1920, sob a direção dos reformistas. Esta Internacional do após-guerra passa a agregar quase que somente aquilo que anteriormente constituía a ala direita do movimento socialista internacional.

A corrente de esquerda, descontente com os caminhos que estavam sendo tomados pela II Internacional reconstruída, separara-se e fundara aquela que é ironicamente conhecida Internacional 2 ½. Atuando dentro do radicalismo marxista ela tentava, basicamente, reunir as correntes adversárias novamente numa só Internacional.

Os vitoriosos bolchevistas russos comandavam o grupo que se opunha frontalmente aos reformistas que haviam recriado a II Internacional. Em 1919 eles convocaram uma conferência internacional, convidando apenas os grupos que tinham em comum o apoio à ditadura do proletariado sob a forma do poder dos sovietes. Este grupo decide formar a III Internacional sob o nome de Internacional Comunista.

Em 1923, quando já não existe a menor possibilidade de reunião das três correntes, a Internacional 2 e a 2 ½ reúnem-se e lançam a Internacional Socialista. A partir deste momento, socialismo e comunismo passam a significar, na prática, coisas bastante diferentes. Ainda que possuindo as mesmas bases teóricas, os movimentos socialista e comunista possuem visões de mundo divergentes e propostas de solução para os problemas da sociedade com poucos pontos em comum.

O SOCIALISMO NO BRASIL

Aqueles que se interessam pela história do movimento operário brasileiro, estão acostumados à afirmação de que as vertentes principais do movimento socialista internacional entre o proletariado brasileiro seriam, em primeiro lugar, uma corrente anarquista ou anarco-sindicalista — que ocupa a liderança das lutas desta classe durante as primeiras duas décadas deste século — e, em seguida, uma corrente comunista surgida de dentro deste movimento anarquista e que vai gradativamente tomando-lhe a posição de liderança.

Nada temos a objetar quanto a estes dois fatos. Efetivamente a atuação dos elementos anarquistas no início do século impulsionou o movimento operário brasileiro, da mesma maneira como os fundadores, em 1922, do Partido Comunista — que vai

liderar o movimento socialista no país — haviam sido, em sua quase totalidade, antigos militantes anarquistas. Não nos cabe, contudo, adentrar na análise mais pormenorizada destas duas correntes específicas do socialismo, visto que volumes sobre este assunto encontram-se em preparação nesta mesma coleção.

Esta condicionante levou-nos a procurar aquilo que, no movimento operário de nosso país, espelhasse as correntes socialistas imediatamente anteriores ao advento do socialismo científico, o pensamento da ala não-anarquista da I Internacional e as doutrinas presentes na II Internacional.

A mais recente obra publicada pelo Prof. Edgard Carone (*Movimento Operário no Brasil — 1877-1944*), assim como as informações por ele colocadas à nossa disposição, foram extremamente úteis para esclarecer a importância, não raramente relegada, desta corrente do movimento socialista em nosso país.

O movimento socialista brasileiro, como todos sabem, é reflexo de seu congênere europeu e foi introduzido pelos imigrantes de origem européia que aqui chegam a partir, notadamente, das últimas décadas do século XIX. Mesmo sabendo que a maioria destes imigrantes era proveniente de países onde a influência anarquista foi considerável (Itália, Espanha e Portugal), não nos parece possível que o movimento da classe trabalhadora brasileira deixasse de refletir a complexidade ideológica do movimento

europeu, aí incluídos inclusive aqueles dos países em questão. Reforça ainda esta hipótese o fato de que a influência ideológica destes imigrantes sobre a classe trabalhadora brasileira não ter sido de ordem quantitativa, mas sim de ordem qualitativa. Em outras palavras, não recebemos um enorme contingente de imigrantes politicamente conscientes e defensores intransigentes de uma ideologia definida, mas sim uma enorme leva de trabalhadores, em sua esmagadora maioria de origem rural e analfabetos, cujo contato com as ideologias então em voga no Velho Continente era, na maior parte das vezes, superficial. No interior desta massa de trabalhadores existiam, evidentemente, elementos que defendiam esta ou aquela corrente socialista e esta seria a causa da presença efetiva de representantes das diversas linhas em nosso meio. Tal fato é inegável e foi comprovado pelos documentos a que tivemos acesso.

A fase inicial do movimento operário no Brasil, isto é, a fase que antecede a virada do século XX, foi virtualmente dominada por um movimento socialista de caráter reformista, onde mesclavam-se idéias proudhonianas, saint-simonianas, cristãs e marxistas. Mesmo com o crescimento da ideologia anarquista, a partir da primeira década deste século, a importância desta corrente não diminui enormemente. O que parece haver ocorrido é que, na medida em que as idéias anarquistas, dado o seu radicalismo,

ameaçavam muito mais de perto a classe dominante do que as propostas reformistas dos demais grupos operários, elas despertavam reações muito mais amplas tanto no campo da legislação repressiva quanto no das campanhas de opinião pública dirigidas pelos jornais conservadores.

Ressaltemos também, apesar de sua evidência, o fato de o grau de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil e, conseqüentemente, o de formação da classe operária não permitir uma transferência imediata e integral das diversas linhas que surgem no movimento socialista internacional. O que há são reflexos defasados e, por vezes, incorporação de elementos de diversas correntes em uma manifestação do movimento socialista local. Fatos de grande peso podem diminuir esta defasagem e esta mistura de doutrinas diversas, como bem o exemplifica a Revolução Russa com suas conseqüências no plano nacional: a fundação do Partido Comunista e a aceitação das diretrizes ditadas pela Internacional Comunista.

Quando a ideologia socialista aporta em nossas terras, o movimento operário mal começara a engatinhar. Nesta época, basicamente as décadas de 70 e 80 do século passado, em que a própria indústria era apenas incipiente, as primeiras manifestações operárias incluíam como suas as reivindicações da burguesia nacional que lutava pela industrialização. Manifestos de trabalhadores pediam proteção à

indústria e comparavam-na, como é o caso dos chapeleiros em 1870, a uma "planta mimosa que vegeta em campo vasto, onde muitas outras agrestes igualmente crescem e tendem a abafá-la, que de certo morrerá, se os cuidados do bom jardineiro não vierem desviar-lhes estes tropeços ao seu crescimento".

O avanço do movimento operário europeu entre a Primeira e a Segunda Internacional, que, como já vimos, traduz-se por um acentuado crescimento quantitativo dos quadros militantes e do poderio político dos partidos de trabalhadores, vai gerar reflexos (defasados, insistimos) em nosso movimento operário. A partir de 1890, o caráter colaboracionista das manifestações proletárias passam a dar lugar a intervenções e atitudes marcadas por um caráter de defesa de classe muito mais nítido.

É em 1890 que irão surgir os três primeiros partidos operários do Brasil: o Partido Operário do Rio Grande do Sul, o Partido Operário de São Paulo e o Partido Operário ou Partido Socialista Brasileiro no Rio de Janeiro. Uma leitura dos manifestos programas destes três partidos regionais mostrar-nos-á que se tratam, na realidade, de partidos reformistas baseados em uma plataforma mais de classe média do que efetivamente do operariado. Suas propostas parecem ir mais no sentido da diminuição dos conflitos entre capital e trabalho e de melhoria das condições de vida das classes média e operária. O programa do Partido Socialista, por exemplo, diz-nos

que seus fins são mais sociais do que políticos, ao passo que o do partido paulista contém menção expressa contra as greves.

É no decorrer da década de 90 que se pode notar o aparecimento de influências das modernas teorias socialistas européias. No intervalo de tempo que vai do aparecimento dos primeiros partidos proletários ao aparecimento do Partido Socialista Brasileiro de 1902 é que vemos pela primeira vez menções à revolução social segundo os princípios da ciência econômica e política, conquista do Poder Político pela classe operária, criação de cooperativas com instrumentos de trabalho em propriedade coletiva e abolição de todas as classes sociais. Dentre todos os pequenos partidos que surgem nesta época, aquele que parece mais próximo, teoricamente, das doutrinas do socialismo científico é o Partido Operário Socialista (1895), mas mesmo este não deixava de apresentar um caráter nitidamente reformista.

O segundo Partido Socialista fundado no país, o de 1902, deixa bem mais clara sua condição de seguidor das doutrinas marxistas. Sua posição pode ser considerada ligeiramente semelhante à da ala moderada da II Internacional. Preconizava a utilização de greves como arma na luta econômica da classe operária e aceitava como elemento de sua atuação política a luta eleitoral. Em seu programa de reformas necessárias existem propostas no sentido da socialização da assistência médica, eletrici-

dade, água e educação. Entre as leituras que recomendava a seus membros encontravam-se as obras principais de Marx e Engels. As tentativas do PSB de espalhar sua influência pelos demais Estados frutificou em São Paulo, onde surgiu o Centro Socialista Internacional, a ele ligado, e que tinha como interesse primordial a organização de Cooperativas, Ligas de Resistência, greves e outras formas de organização da classe trabalhadora.

Apesar das tentativas dos socialistas de veicular ao máximo suas teorias e de organizar o proletariado em um grande partido, a influência anarquista, crescente a partir desta época, vai colocar obstáculos à consecução destes objetivos. Em abril de 1906, reuniu-se no Rio de Janeiro o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, onde a proposta de fundação de um partido socialista teve a oposição dos anarquistas e foi derrotada. A ala anarquista, ou melhor, anarco-sindicalista, optou pelo lançamento de um sistema federativo de sindicatos.

Até ao final desta primeira década de nosso século ainda podemos assistir ao aparecimento de pequenos partidos socialistas de cunho reformista. A corrente anarquista começa no entanto a ser preponderante no movimento operário do país. Ainda que possamos notar a presença de militantes socialistas, o movimento dos trabalhadores é conduzido, de 1910 a 1920, pelos líderes anarquistas. Inúmeras publicações cuidam de divulgar os ideais anarquistas

e uma série de sindicatos e federações dão forma às manifestações da classe operária. Esta é também uma fase de grande repressão por parte do governo; toda uma legislação específica é criada para evitar a manifestação dos trabalhadores; a expulsão de operários estrangeiros, envolvidos com a mobilização política da classe, para seus países de origem torna-se fato corriqueiro. Os líderes operários brasileiros, por sua vez, eram desterrados para Estados do nordeste ou para os confins da Amazônia.

Com a vitória da Revolução Russa de 1917, as idéias comunistas passam a conhecer uma rápida propagação no movimento socialista brasileiro. Já em 1919 foi fundado um Partido Comunista do Rio de Janeiro, aberto a todos (anarquistas, sindicalistas, socialistas etc.); partido congênere surge no mesmo ano em São Paulo. Até esta época os anarquistas ainda acreditavam que a Rússia soviética correspondia perfeitamente a seus ideais libertários, como provam as suas intervenções na Primeira Conferência Comunista (1919).

Com o prosseguimento do processo revolucionário russo, uma grande parte dos elementos anarquistas passa a atacar o regime soviético, retornando à sua postura teórica anterior. Outros de seus elementos, porém, passam a aceitar os preceitos da teoria marxista, tais como a necessidade de grandes partidos políticos do operariado (e de uma disciplina partidária) e da ditadura do proletariado como

forma de passagem para o Comunismo. Desta ala do movimento anarquista é que surge, em 1922, o Partido Comunista do Brasil, que irá agregar também socialistas de diversas tendências.

O Partido Comunista consegue, gradativamente, ir tomando a condução do movimento operário brasileiro. Em 1925 é fundado um outro Partido Socialista Brasileiro, sob a liderança de Evaristo de Morais, que vai entrar em infindáveis polêmicas verbais com o PCB. Este partido, de origem nitidamente pequeno-burguesa, situa-se, do ponto de vista de seus objetivos, bastante à direita dos partidos socialistas que o antecederam. Ele seria o correspondente nacional da ala do movimento socialista mundial que se opunha ao novo regime russo e pregava brandas reformas sociais.

Em 1932 é a vez de os participantes do movimento tenentista fundarem mais um Partido Socialista Brasileiro. Este partido criado da fusão de grupos socialistas estaduais coordenados por antigos integrantes do movimento tenentista, sob a direção de Miguel Costa, não passava de um partido de classe média. Seu aparecimento dá-se exatamente nesta época em que a insatisfação crescente das camadas médias da sociedade brasileira tornava-as potencialmente mobilizável para a ação política; este partido socialista, a Ação Integralista e, um pouco mais tarde, a Aliança Nacional Libertadora são respostas a esta conjuntura. O Partido Socialista de

32 teve vida mais longa do que todos os que o antecederam; só foi dissolvido em 1937 com o golpe do Estado Novo. Sua atuação política nada apresenta de marcante. Apoiavam Getúlio Vargas nos pontos em que ele satisfazia as reivindicações tenentistas, como é o caso da legislação trabalhista. Na Assembléia Constituinte de 1934 conseguiram eleger um deputado.

O processo de redemocratização do país, em 1945, permitiu com que voltassem à tona as correntes brasileiras do movimento socialista internacional. Com a anistia de abril de 1945, reaparece legalmente o Partido Comunista, que encontrou uma receptividade surpreendente por parte das classes trabalhadoras dos centros urbanos; sob a liderança de Luís Carlos Prestes, os comunistas conseguem arrebanhar cerca de 10% dos votos nas eleições de 1946. Outra ala que reaparece nesta época é a dos trotskistas que, no entanto, não consegue uma penetração marcante no movimento operário.

Entram também em cena nesta época as correntes socialistas moderadas; seu processo de transformação em partido político é, no entanto, um pouco mais lento.*

* AS INFORMAÇÕES, BEM COMO OS DOCUMENTOS SOBRE ESTA FASE DO SOCIALISMO, FORAM-NOS PRESTADAS PELO DR. FEBO GIKOVATE, FUNDADOR E EX-DIRIGENTE DO PSB, A QUEM AGRADECEMOS.

BIBLIOTECA DO CEFET-MG - CAMPUS X

Surge inicialmente a Esquerda Democrática, resultado da fusão entre a União Democrática Socialista, o que restara do antigo Partido Socialista e elementos socialistas sem militância política anterior. A União Democrática Socialista, que é seu núcleo inicial em São Paulo, era uma cisão do movimento clandestino de resistência à ditadura de Vargas; formado basicamente por elementos de classe média, este grupo proclamava-se marxista mas se recusava a aceitar a política do Partido Comunista.

Fundada em 1945, mas não estando registrada como partido político, a Esquerda Democrática vai lançar seus candidatos pela UDN, partido que na época agregava os opositores ao regime de Getúlio Vargas. É importante ressaltar este ponto pois é bastante difundida a idéia de que a Esquerda Democrática nasce dentro da UDN e só depois, em 1947, torna-se autônoma.

A Esquerda Democrática era, desde 1945, uma organização política com seus estatutos e objetivos próprios, desenvolvendo trabalho político desligado da UDN. Já em 1946 pode-se assistir à tentativa de um grupo visando a mudança de nome para Partido Socialista Brasileiro, atitude que não é aprovada pela Convenção Nacional. No ano seguinte esta proposta é aceita e surge o Partido Socialista Brasileiro. 1947

O espaço político para a atuação deste partido era, desde o início, bastante reduzido devido ao

BIBLIOTECA DO CEFET-MG - CAMPUS X

porte de seus mais próximos adversários: o Partido Comunista e o Partido Trabalhista. Impossibilitado de conseguir uma efetiva penetração no movimento operário, o Partido Socialista estendia seus apelos também à classe média.

A ideologia deste partido é bastante interessante. Definia-se como socialista mas não marxista, querendo com isto dizer que não aceitava as idéias marxistas-leninistas. A leitura que Lenin fizera da obra de Marx e que gerara o regime soviético era recusada pelos teóricos deste partido. Colocavam-se contra a União Soviética, acusando-a de haver implantado um capitalismo de Estado no lugar do socialismo e de haver erigido um Estado totalitário. Em suma, pretendiam atingir a sociedade socialista sem cercear as liberdades democráticas, o que equivale a dizer que não aceitavam a idéia de ditadura do proletariado. Recusavam igualmente a doutrina trotskista, aproximando-se suas idéias, em diversos pontos, daquilo que hoje é exposto pelo movimento eurocomunista.

O núcleo de produção desta ideologia concentrava-se em São Paulo. O grupo paulista era responsável também pela maior parte das publicações do PSB e editava um jornal quinzenal — a *Folha Socialista*.

A atuação deste grupo vai atingir seu auge durante a campanha eleitoral de 1950. Nesta ocasião, indo contra a tendência dominante na direção

nacional de apoio à candidatura de Getúlio Vargas, este grupo leva à Convenção Nacional sua proposta de lançamento de um candidato socialista ao pleito presidencial e sai vencedor. Na plataforma eleitoral lançada pelo PSB nesta ocasião encontramos, entre outras, propostas de desapropriação e socialização dos serviços públicos, instauração de comissões de trabalhadores nas fábricas, estatização do serviço de abastecimento de alguns produtos, intervenção do Estado no problema habitacional e de planejamento urbano e desapropriação das terras improdutivas.

Seus resultados eleitorais foram, como não é de se estranhar, dado o quadro político da época, bastante fracos. Seu candidato à presidência — João Mangabeira — obteve votação quase nula e apenas dois de seus candidatos foram eleitos para a Câmara Federal

A partir do apoio dado pelo partido à candidatura de Jânio Quadros à prefeitura de São Paulo, em 1952, a preponderância deste grupo de pensadores socialistas começa a declinar rapidamente dentro do partido. O lançamento de Jânio às eleições para o governo do Estado de São Paulo acelera a descaracterização da linha política que vinha sendo seguida desde a fundação do partido. Não foram frutíferas as tentativas de resistência de alguns dirigentes; na esteira da fulgurante carreira política de Jânio Quadros o PSB vai conhecer um grande crescimento quantitativo e uma perda qualitativa ainda maior.

Quando em 1960 Jânio recebe o apoio das forças mais reacionárias do país, para sua candidatura à presidência, o PSB opta pelo apoio a Lott. Imediatamente ocorre uma cisão. Os janistas afastam-se fundando a Ação Socialista, em maio de 1960, e mais tarde vão atuar em conjunto com uma dissidência do PTB gaúcho — o Movimento Trabalhista Reformista.

Com o afastamento dos janistas do Partido Socialista, este tenta voltar às suas origens ideológicas. O quadro político da época, todavia, não mais se prestava a purismos desta ordem. Os socialistas passam então a desenvolver um trabalho em comum com os trabalhistas e comunistas, tentando evitar as radicalizações que levariam fatalmente a um retrocesso político. Como sabemos não obteve sucesso e com a tomada do poder pelos militares em 1964 o Partido Socialista Brasileiro vai ser extinto.

INVENTÁRIO
Biblioteca - CX - CEFET-MG

Sobre o autor

Nasceu em São Paulo em 1953. Formou-se pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Nessa instituição iniciou sua formação sociológica, trabalhando no Departamento de Ciências Sociais sob a orientação do Prof. Maurício Tragtemberg.

Em 1976 transferiu-se para Paris, onde desenvolveu seus estudos de pós-graduação em Sociologia na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Tendo como orientador de tese o Prof. Alain Touraine, elaborou o trabalho "Le Parti Communiste et la Génèse du Populisme — analyse de la conjoncture des années 1945/46 au Brésil".

É autor de *O que é Comunismo* e *O que são Ditaduras*, ambos publicados nesta Coleção.

Caro leitor:

As opiniões expressas neste livro são as do autor, podem não ser as suas. Caso você ache que vale a pena escrever um outro livro sobre o mesmo tema, nós estamos dispostos a estudar sua publicação com o mesmo título como "segunda visão"